



OS PRIMEIROS ARQUITETOS MODERNOS/HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

BRUNA, PAULO. SÃO PAULO: EDUSP, 2010. 264P.

ISBN: 978-85-314-0952-3

Mônica Junqueira de Camargo

pós-
293

POR UMA HISTÓRIA DOS PROJETOS DE HABITAÇÃO SOCIAL

Os primeiros arquitetos modernos/habitação social no Brasil recupera uma importante vertente das vanguardas arquitetônicas – a moradia operária – tema dos mais caros aos pioneiros arquitetos modernos que, entretanto, não têm a merecida relevância nos panoramas historiográficos do movimento moderno. Os textos panorâmicos são quase sempre voltados às obras de grande inovação plástica, sintetizadas na produção de alguns arquitetos, eleitos como gênios criadores, enquanto a moradia operária aparece como pano de fundo a essa produção. Daí o tema ser geralmente tratado, tal como o aborda Paulo Bruna, monograficamente. A estrutura de sua análise histórica baseia-se no diálogo entre as idéias dos pioneiros modernos e seus respectivos projetos arquitetônicos. Para o autor, a arquitetura moderna transcende a questão formal e envolve a predisposição de seus adeptos de participar, pela construção do ambiente, da transformação da sociedade.

Do panorama europeu e americano são analisadas as experiências dos anos 20 e 30, desde os primeiros encontros dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), especialmente dos três primeiros, reunindo em um mesmo exemplar pensamento e obras para o problema da moradia, incluídas aí a produção dos profissionais brasileiros das décadas de 1940 e 1950, em uma renovada leitura do movimento moderno brasileiro. Suas análises percorrem todas as instâncias do projeto para a habitação, comentando as constrições de programa, de dimensionamento, de equipamentos, de execução e de custos.

Esse livro, resultado de sua tese de livre-docência defendida em 1999, sintetiza a persistente trajetória do pesquisador Prof. Dr. Paulo Bruna, que há muito vem perscrutando a questão da habitação operária. Desde então, Bruna se

dispôs a compartilhar a atividade projetual e a da docência, em uma feliz combinação entre a prática e a reflexão. Como projetista, Bruna foi sócio do Escritório Rino Levi Arquitetos Associados, onde começou como estagiário e, a partir de 1972, foi convidado a ser sócio, tendo aí permanecido até sua dissolução em 1992, quando criou a sociedade com Roberto Cerqueira Cesar (1917-2003): Paulo Bruna Arquitetos Associados S/C Ltda, mantendo uma ativa participação no panorama arquitetônico paulista. Como professor do Departamento de História da FAUUSP é responsável pelas disciplinas, na graduação, de História da Arquitetura Contemporânea, e, na pós-graduação, de História Social da Arquitetura e do Urbanismo Modernos, na qual dá ênfase aos projetos habitacionais realizados nos últimos 70 anos.

Esse olhar de historiador e projetista se faz presente no decorrer de todo o texto, cuja estrutura se vale de farta documentação gráfica como parte de seu discurso e não apenas como ilustração. Tal como em suas aulas, as imagens garimpadas em suas visitas e viagens, ao longo de algumas décadas, são também parte fundamental de sua exposição, contribuindo para a compreensão mais precisa do desenvolvimento e do significado desses projetos para a história da arquitetura.

A sua retrospectiva recupera o significado da moradia para o movimento moderno, destacando a simultaneidade das experiências arquitetônicas na Inglaterra, França, Holanda, Alemanha e nos Estados Unidos, com especial atenção ao trabalho dos pioneiros: Ernest May, Hannes Meyer, Walter Gropius, Ludwig Hilberseimer, Martin Wagner, Mies Van der Rohe, Peter Oud, Le Corbusier, Catherine Bauer, Richard Neutra, entre outros. A confrontação das idéias com a análise dos projetos enfatiza a coerência desses profissionais entre o discurso e a prática, para os quais o sistema produtivo assumia papel decisivo na empreitada criativa rumo ao enfrentamento do déficit habitacional. O resgate do debate e dos trabalhos das primeiras décadas do século 20, sobretudo a criação das Siedlungen, dá a dimensão do programa habitacional no desenvolvimento da arquitetura daquele momento e do compromisso de alguns países no enfrentamento do problema.

Não obstante a cuidadosa revisão historiográfica, a grande contribuição desse trabalho é a análise da arquitetura sob o ponto de vista do projeto, tornando-o de grande interesse, especialmente aos profissionais da arquitetura ou àqueles iniciados. Partidário das idéias de Anatole Kopp, Bruna selecionou as experiências que corroboram a idéia de arquitetura moderna como uma *“causa impregnada de valores éticos e enraizada em convicções de progresso material, social e político”*, tais como: *“o projeto derivado de uma compreensão científica da habitação; o projeto como indutor da uma nova cultura de habitação e de um novo comportamento social; a produção industrial dos componentes da habitação; e finalmente o reconhecimento do papel essencial do planejamento do Estado”*, conforme escreveu na página 102.

No panorama nacional, Paulo Bruna se concentra nas experiências promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, que teve na política trabalhista seu grande empenho e, portanto, deveria estar entre suas preocupações prover a classe trabalhadora de habitação. Bruna prioriza os projetos realizados a partir da declaração de 1938, na qual Vargas assumia publicamente a responsabilidade de seu governo para o provimento de habitações adequadas

às classes trabalhadoras, reconhecendo a necessidade de construção de grandes conjuntos habitacionais multifamiliares e da implantação de métodos racionalizados de construção. Segundo Bruna, a iniciativa levada à frente pelo Estado Novo, sob a orientação do arquiteto Rubens Porto, foi notável para a época, pelo número de unidades e pela qualidade física dos resultados, chamando a atenção para a atualidade das idéias e dos projetos dos profissionais brasileiros, em relação aos europeus e americanos. Os dados apresentados indicam a construção de 124.025 unidades ao longo de 27 anos (1937-1964). Se, por um lado, a qualidade arquitetônica apontada é, de fato, inquestionável, já a quantidade merece alguma ressalva. Se os dados levantados são dignos de comemoração em relação ao passado, pois, até então, como bem destaca o autor, quase nada foi realizado em relação às reais necessidades, ainda parecem deficitários. Considerando a extensão geográfica do país e alta taxa de urbanização registrada nesse período, a avaliação de Bruna parece generosa, uma vez que as unidades construídas não solucionaram, nem mesmo parcialmente, o problema habitacional; tampouco foram suficientes para conseguir implantar um sistema mais racionalizado na construção civil, que seguiu sendo praticada artesanal e precariamente. A falta de continuidade desses trabalhos é atribuída pelo autor à não-autonomia administrativa de tal empreendimento, que se desenvolveu atrelado ao Ministério do Trabalho e que, dada sua complexidade, mereceria uma pasta própria, como, por exemplo, um Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, que, cabe lembrar, só seria criado mais de meio século depois.

Desse contexto, o autor se atém na análise dos conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) no estado de São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950, identificando 15 projetos, dos quais oito na capital, dois em Campinas e um nos municípios de Jundiaí, Osasco, Santos, Santo André e Taubaté. Valendo-se de meus critérios que privilegiam as questões projetuais, como a implantação, a relação com o entorno, as características de dimensão e de programa e a conformação dos espaços públicos e privados, Bruna recupera a história de cada um deles.

Apesar da atenção dada pelo autor nos capítulos anteriores à ênfase que as experiências habitacionais dos pioneiros modernos deram às questões construtivas, destacando, inclusive, que entre as diretrizes de Rubens Porto estava: “*estudar experimentar, em colaboração com o Instituto nacional de tecnologia, processos de racionalização da construção civil, de modo a permitir um maior rendimento construtivo para os recursos dos institutos e caixas*” (p. 148), suas análises dos conjuntos selecionados não contemplam essa questão, aguçando a curiosidade do leitor sobre como foram construídas essas habitações e qual teria sido o avanço no âmbito da racionalização tecnológica.

Naturalmente, considerando-se o desenvolvimento do texto, a omissão de qualquer comentário sobre as questões construtivas desses conjuntos causa certa surpresa, a qual, por sua vez, pode ser saciada na publicação anterior do próprio autor: *Arquitetura, industrialização e desenvolvimento*, de 1973, na qual se atém detalhadamente à problemática construtiva e sua defasagem no panorama arquitetônico nacional. Nesse caso, não seria uma omissão, mas uma estratégia de induzir o leitor a complementar suas informações em seu outro trabalho, a qual, entretanto, deveria ser anunciada.

Trata-se de um percurso historiográfico que amplia as referências para a história dos projetos de habitação da classe trabalhadora, contribui para a reflexão dos problemas da arquitetura e favorece o amadurecimento do campo disciplinar, em sua complexa relação entre teoria e prática.

Nota do Editor

Esta resenha foi anteriormente publicada no site www.witruvius.com.br, com o título *Por uma história dos projetos de habitação operária*, em *resenhasonline106.01*, ano 09, out. 2010.

Mônica Junqueira de Camargo

Editora-chefe desta revista, *Pós*. É arquiteta, professora livre-docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo na área de Arquitetura Contemporânea, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação.